

Apontamentos de campo acerca de uma experiência de educação não-formal com crianças e adolescentes em situação de rua

Ana Paula Serrata Malfitano*

Roseli Esquerdo Lopes**

* Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Terapeuta Ocupacional do Núcleo USP/UFSCar do Projeto Metuia.
e-mail: amalfitano@uol.com.br

** Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Coordenadora do Núcleo USP/UFSCar do Projeto Metuia. Professora Adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.
e-mail: relopes@power.ufscar.br

Resumo

Este texto analisa a experiência de um abrigo situado na cidade de Campinas – SP, que se propõe a atender crianças e adolescentes em situação de rua, inclusive aqueles que são também usuários de substâncias psicoativas. Utiliza-se como metodologia de trabalho no abrigo a Pedagogia da Presença, bem como a Redução de Danos na intervenção em relação ao uso daquelas substâncias. Compreende-se que a proposta de abstinência, por si só, não constitui alternativa adequada para a maioria dos que se inserem nesta população alvo. A partir do desafio colocado para a construção deste trabalho, estabeleceu-se uma parceria com o Núcleo USP/UFSCar do Projeto Metuia¹, com o intuito de que se elaborem conjuntamente reflexões acerca desta temática e se construam novas metodologias para o cuidado e acolhimento desta população.

Palavras-chave

Crianças e adolescentes; educação não-formal; redução de danos; Organizações Não-Governamentais (ONG).

Abstract

This paper describes an experience, which took place in a shelter in Campinas city, São Paulo State, Brazil. The purpose of the shelter is to attend children and teenagers who live in the streets, including some who are users of psychoactive substances. The methodology of work used to deal with drug consumption in the shelter included the so called 'Pedagogia da Presença' (Pedagogy of being present) and the 'Redução de Danos' (Harm Reduction). It is known that the abstinence proposal, of itself, does not constitute an adequate alternative for the described target population. In order to face the challenges presented by this task, a partnership was established with the 'Núcleo Universidade de São Paulo and Universidade Federal de São Carlos', of the 'Projeto Metuia'¹ (Metuia Project), with the purpose of further developing joint reflections on this theme, especially those involving the discussion of new methodologies of care, to be applied in related situations.

Key words

Children and teenagers; informal education; harm reduction; Non-Governmental Organizations.

(...) Se não vejo na criança, uma criança, é porque alguém a violentou antes e o que vejo é o que sobrou de tudo que lhe foi tirado. Mas essa que vejo na rua, sem pai, sem mãe, sem casa, cama e comida, essa que vive a solidão das noites sem gente por perto, é um grito, é um espanto. Diante dela, o mundo deveria parar para começar um novo encontro, porque a criança é o princípio sem fim e o seu fim é o fim de todos nós.
Herbert de Souza - Criança é coisa séria

Introdução

Precariedade e vulnerabilidade extremas fazem parte da vida cotidiana de parcela significativa das crianças e adolescentes brasileiros (Priore, 1999). Para uma melhor compreensão desta problemática são fundamentais os conceitos utilizados por Castel (1994, 1997) na discussão da estrutura e da inserção social. Para tal autor, a inserção deve ser analisada a partir de dois eixos: o da relação de trabalho (com uma gama de posições, do emprego estável à ausência completa de trabalho) e o da inserção relacional (também com um leque de posições, entre a inscrição nas redes sólidas de sociabilidade e o isolamento social total). O recorte desses dois eixos circunscreve zonas diferentes do espaço social: *zona de integração* – onde se dispõe de garantias de trabalho permanente e pode-se mobilizar suportes relacionais sólidos; *zona de desfiliação* – neste espaço se conjuga ausência de trabalho e isolamento social, implicando uma dupla ruptura das redes de sociabilidade e participação; *zona de vulnerabilidade* – que associa precariedade do trabalho e fragilidade relacional (Lopes et al., 2002).

Este trabalho parte de um olhar

compreensivo e crítico em relação à separação social existente no Brasil, com enfoque na problemática de crianças e adolescentes dos grupos populares dos grandes centros urbanos, que se deparam cotidianamente com o subemprego, a submoradia, a subnutrição, entre outros aspectos. Tais fatos contribuem para a inscrição daquela parcela significativa da infância e juventude brasileira na zona de vulnerabilidade social.

Dentro deste grupo encontramos as crianças e adolescentes que estão expostos a vários tipos de abusos (físico, emocional ou psicológico, sexual), de negligência e de exploração, demonstrando o não exercício social de seus direitos garantidos por lei específica, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8.069/90).

É importante que ressaltemos que a problemática da infância e da juventude não se desvincula das condições de vida de seus genitores ou pais sociais e, portanto, da política econômica e da história do Brasil (Barros et al., 2001).

Diante destes sujeitos em “situação peculiar de desenvolvimento” e da violação de seus direitos básicos, é necessário reajustarmos o foco na busca de ampliar a visão e o compromisso técnico e institucio-

nal dos profissionais envolvidos em intervenções nessa área. É imprescindível que ocorra uma mudança do paradigma que parte do modelo do dano, que sublinha os comportamentos de risco, para o modelo do desafio, que propõe, na abordagem dos fatores de risco presentes na vida das crianças e dos adolescentes, um conjunto de valores positivos com um poder de envolvimento e de atração sobre aquelas crianças e adolescentes, que tem que ser maior do que aquele oferecido pelos comportamentos de risco.

A opção da rua como espaço de sobrevivência expõe hoje cerca de 90 crianças e adolescentes no município de Campinas² a riscos de natureza pessoal e social cada vez maiores, que os comprometem física e mentalmente.

Isto se dá, em grande parte, pela violação de direitos como o acesso à escola, à assistência à saúde e aos cuidados necessários para seu pleno desenvolvimento, cuidados estes previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Artigos 15 a 18, Brasil, 1990).

A violência é considerada um grave problema para a saúde pública no Brasil e constitui a principal causa de morte de adolescentes (Minayo e Ramos, 2003). Portanto, há a necessidade do apoio a ações para o atendimento e acolhimento de crianças e adolescentes em situação de rua, oferecendo espaços de proteção em rede que possam contribuir para a construção de políticas de atendimento mais efetivas e eficazes que garantam o acesso desta população a seus direitos básicos.

A construção de uma rede de atendimento aos meninos e meninas em situação de rua em Campinas tem sido uma das preocupações da atual administração municipal que vem propondo a discussão e a criação de alguns equipamentos sociais para o atendimento dessa demanda. Uma das ações propostas foi o convênio com o abrigo que passaremos a apresentar no próximo tópico, com o objetivo de oferecer possibilidade de moradia para a população-alvo. Uma outra questão trabalhada diz respeito ao acesso à escolarização formal e à permanência na escola, o que é raro dentre aqueles que se encontram morando nas ruas.

A pequena permanência no ambiente escolar, as repetências seqüenciais e a expulsão da escola, são histórias recorrentes nos relatos de vida daquelas crianças e adolescentes.

Buscando dar enfrentamento a essa situação, planejou-se um espaço diferenciado dirigido às crianças e aos adolescentes em situação de rua, visando à sua reinserção e permanência prazerosa na escola. O planejamento, elaboração e implantação da proposta se deram por meio de uma rede intersetorial composta por representantes governamentais e não governamentais coordenados pela Prefeitura Municipal de Campinas; este processo ficou sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e dele participamos diretamente enquanto coordenação do abrigo em tela.

O projeto foi provisoriamente denominado "Sala de Transição"; tratava-se da criação de um espaço transitório, multiseriado e multietário, que oferecesse atividades

escolares e que, contando com normas/regulamentos flexíveis, facilitasse e promovesse a passagem das crianças e adolescentes para a escola regular e, a partir daí, tivesse como tarefa primordial trabalhar a permanência na escola, a vinculação com esse espaço, bem como os demais aspectos atinentes à reinserção escolar dos adolescentes que já perderam o vínculo escolar ou que nunca o tiveram (Barroso et al., 2003).

A “Sala de Transição” passou a compor, a partir do final de 2003, na cidade de Campinas, o cotidiano do abrigo uma vez que pauta o retorno à sala de aula (que pode se dar em qualquer época do ano) e a reelaboração da vivência escolar. É função do abrigo promover a matrícula da criança ou do adolescente abrigado e fazer o acompanhamento das atividades escolares; a conjunção destes dois projetos – abrigo e sala de transição – para meninos e meninas em situação de rua representa a tentativa de garantia, não somente pela legislação, de seus direitos: educação escolar, moradia, convivência comunitária, saúde, dentre outros previstos pelo ECA.

Trazemos a seguir, mais especificamente, a experiência do abrigo em questão, também em seus componentes de educação não-formal (Simson, Park e Fernandes, 2001), deixando para uma outra oportunidade a apreciação da experiência da “Sala de Transição”, bem como da relação escola-abrigo-situação de rua.

No cotidiano das ações realizadas naquele abrigo, observa-se a existência de fragilidades importantes na vida das crianças e adolescentes, como resultantes da inscrição de muitos deles no campo da desfiliação.

Apresentação do abrigo

O abrigo caracteriza-se como medida de proteção provisória e excepcional, que busca, quando possível, a reinserção familiar das crianças e adolescentes atendidos. Além disso, sua medida “não implica em privação de liberdade” (conforme Art. 101 - Parágrafo Único – ECA, Brasil, 1990).

O destaque assinalado quanto a não restrição de liberdade, é de absoluta relevância, uma vez que está presente no imaginário social o conceito de abrigo para adolescentes como local para aqueles que descumpriram a lei, cometendo alguma infração. Este conceito é derivado ainda do Código de Menores, de 1979, que previa um serviço único de assistência aos “menores”. Eram entendidos como “menores” aqueles que se encontravam em situação de abandono e/ou delinquência (Marcilio, 1998). Exemplo claro deste fato é a instituição FEBEM – Fundação para o Bem-Estar do Menor – que, por muitos anos, foi o único órgão provedor de abrigos e de internação para adolescentes - na época “menores” - infratores (Marcondi, 1997). O ECA redimensiona tais conceitos, abandonando o termo “menor”, substituindo-o por criança e adolescente, e definindo medidas sócio-educativas e de proteção. As primeiras são destinadas a adolescentes em conflito com a lei e as segundas a quaisquer crianças e adolescentes que tenham alguns de seus direitos violados.

A população alvo do abrigo que aqui apresentamos é constituída por crianças e adolescentes do município de Campinas/SP, de ambos os sexos, na faixa etária en-

tre 10 e 18 anos, expostos a riscos pessoais e sociais e em situação de rua, inclusive os usuários de substâncias psicoativas. O abrigo compõe, desta forma, a rede municipal intersetorial de apoio a esta população. Seu desafio é oferecer assistência integral, enquanto medida de proteção, para 16 crianças e adolescentes em conformidade com os artigos 90 a 94 e 101 do ECA.

A instituição em questão iniciou seu trabalho de atendimento a esta população em 1997, e desde então busca implementar adaptações a fim de tornar adequadas suas ações para este complexo atendimento. Configurando-se como abrigo desde 1998 e em função de suas demandas internas e externas, passou por uma profunda reestruturação de caráter organizacional, pedagógico e terapêutico no que concerne aos serviços prestados.

Assim, desde outubro/2002, quando foram reiniciadas as atividades, o trabalho ali desenvolvido direciona-se para a constituição de um abrigo que se caracterize por uma proposta intersetorial que, conseqüentemente, busque parcerias com diversos órgãos e instituições que atendam crianças e adolescentes, e que priorizem sua reinserção social.

São metas previstas por este abrigo:

- Promover atendimento personalizado e de qualidade para esta população;
- Oferecer modelos e sentimentos de pertencimento que proporcionem a convivência com o outro, estimulando o respeito a regras e limites necessários para tal convivência;
- Desenvolver, em conjunto com os adolescentes, projetos de vida e estratégias

para atingi-los;

- Construir uma metodologia de trabalho que proporcione a minimização dos riscos bio-psico-sociais a que estão submetidos em função do uso de substâncias psicoativas;
- Contribuir na discussão da política municipal de atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de rua;
- Compor e participar da rede de atendimento local a esta população;
- Reintegrar as crianças a suas famílias, quando possível;
- Reinseri-los no sistema formal de educação;
- Contribuir para a formação de cidadãos críticos.

Com o intuito de buscar auxílio para a discussão do trabalho realizado e para a construção de metodologias participativas de intervenção que contribuam para atingir as metas previstas, firmou-se uma parceria com o Núcleo USP/UFSCar do Projeto Metuia, por meio da supervisão técnica, da atuação de estagiários de quarto ano do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar e de ações de extensão e ensino, bem como de proposição de pesquisas que partam de questões pertinentes às problemáticas enfrentadas pela instituição e por suas crianças e adolescentes.

Metodologias de trabalho – a construção como desafio

O perambular dos meninos e meninas em situação de rua é acompanhado de uma história interna e pessoal comumente marcada pelo abandono e pela violência. Decidir por morar nas ruas, viver em

bandos, conhecer este novo mundo, é uma 'opção' para a maioria deles, 'decisão' à qual se chega após longo processo. Opta-se por deixar de vivenciar diversos tipos de violência e pobreza e por buscar novas alternativas de vida na rua.

Suas redes pessoais e sociais de suporte apresentam-se esgarçadas por contínuas exclusões, tais como as dos equipamentos educacionais, de saúde, de lazer, assim como pela falta de aportes familiares e afetivos. São trajetórias que levam à situação de *desfiliação*.

A rua abre-se como um novo caminho, permeado, no entanto, de violência e abandono. O preconceito social, a indiferença, a violência física, são vivências às quais são submetidos estes meninos e meninas (Graciani, 2001).

Como estratégia de vida, e também devido a características de sua faixa etária, a adolescência, agrupa-se com aqueles com quem se identifica. No grupo, surgem códigos, 'leis' e novas estratégias. Nesse percurso, o uso de substâncias psicoativas torna-se algo a ser realizado com e pelo grupo, configurando-se esse uso como condição de aceitação em tal espaço. Evidentemente, esta não é uma característica de toda criança em situação de rua; não se trata de uma generalização indiscriminada, até porque alguns deles não moram nas ruas, e destes, grande parte as utiliza como meio de busca de rendimentos, por meio do mercado informal e da mendicância ou, ainda, está no processo acima citado, de idas e vindas, com preservação de vínculos familiares. Contudo, mesmo entre aqueles que moram nas ruas, não podemos gene-

ralizar o uso das substâncias psicoativas. Pode-se afirmar apenas que estas são largamente utilizadas no espaço da rua como uma das estratégias para nela se viver.

(...) a constatação de que a prevalência de uso de drogas entre essas crianças e adolescentes [meninos em situação de rua] é altíssima, especialmente de inalantes. (...) em um cenário de exclusão e violência, o uso de drogas desempenha muitos papéis: o de afirmação de uma identidade de grupo, de recreação, para amenizar a fome e o medo, visto enfim como um sedativo para o sofrimento (Deslandes, 2003, p. 249).

O abrigo em questão atende meninos e meninas que moram nas ruas e pedem, por iniciativa própria e/ou a partir do trabalho de educadores de outros projetos sociais, para serem abrigados.

A partir daí, inicia-se o desafio do abrigo de configurar-se como *casa*, a casa de seus abrigados, respeitando-os e oferecendo-lhes novas possibilidades, que incluem os limites para a convivência. Para tanto, optou-se pela constituição enquanto uma instituição pequena, atendendo 16 crianças e adolescentes, em contraposição às macro-instituições tradicionais da área – os orfanatos, lares e asilos infantis. Experiências positivas de abrigos demonstram a possibilidade de um trabalho individualizado e que impeça, ou pelo menos reduza, a produção de marcas e estigmas da institucionalização na população atendida (Marcondi, 1997).

A construção de um paradigma de *casa* passa necessariamente pela construção da convivência e do respeito ao outro. E como construir a convivência? Este tem sido nosso desafio...

A linguagem reconhecida e utilizada pelos meninos e meninas caracteriza-se, inicialmente, pela violência. A resolução dos conflitos cotidianos se dá por meio da violência física, na maioria das vezes direcionada a eles próprios e, em outros momentos, aos funcionários da casa. Como mudar esta forma de expressão?

O uso de substâncias psicoativas não se encerra a partir da acolhida pelo abrigo, e o uso abusivo a que se submetem traz conseqüências. Este é outro ponto desafiador para o trabalho. Como reduzir os danos a que estão sujeitos? Como fazê-los preservar a casa em que estão, respeitar os demais, não fazer uso daquelas substâncias dentro da casa, sem que para isso seja necessária a instituição de regras e procedimentos excludentes?

Estas são tarefas que nos fazem buscar a possibilidade de metodologias de trabalho que sejam construídas conjuntamente com os adolescentes.

É relevante destacar que experiências de políticas e proposições de outros municípios no atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua apontam desafios semelhantes (Paica-Rua, 2002; Lancetti, 1996), principalmente no que se refere a abrigos para esta população (Zietz, 1996), demonstrando também que o enfrentamento desta problemática e a construção de alternativas para os meninos e meninas em situação de rua não se dá por meio de modelos pré-determinados.

A seguir, apresentamos alguns dos passos dados e que iniciam nossa caminhada na construção que buscamos implementar.

A convivência e a mudança de paradigmas das relações pessoais

No trabalho realizado pelos funcionários da casa adotou-se como base teórica a “Pedagogia da Presença”, desenvolvida por Antônio Carlos Gomes da Costa (1997 e 2001). Trata-se da utilização do princípio da presença constante, da crença nos valores positivos de toda criança, e do estruturar-se a partir de práticas e vivências cotidianas.

Realizamos discussões conjuntas dos episódios ocorridos, por meio das ‘rodas de conversa’, para a busca de regras e limites a serem respeitados na casa. São momentos de exercício de democracia e de participação naquela construção conjunta; são tentativas de interação dos operadores sociais com os moradores da casa. Observamos que é necessária a intermediação do operador social na elaboração destes espaços, pois os meninos e meninas são extremamente exigentes consigo mesmos e, em geral, propõem regras e procedimentos inflexíveis aos quais, provavelmente, eles próprios não conseguiriam aderir. Contudo, a partir da intervenção do operador social como um facilitador do processo, temos visto que as decisões tomadas em conjunto são mais respeitadas e revertem em frutos mais positivos para o cotidiano da casa.

Zaluar (1994) destaca o processo de protagonismo dos jovens como uma perspectiva de busca da cidadania, inserida em um campo contraditório, já que traz como retorno novas demandas para a instituição, na medida em que faz com que os próprios adolescentes passem a reivindicar seus espaços e direitos.

Com isto se queria dizer que o objetivo era mudar a perspectiva paternalista ainda predominante nesta população, que se considerava mero beneficiário do serviço, para a perspectiva de usuário, ou seja, alguém que partilhasse responsabilidades com a direção na manutenção dos serviços e na proteção do equipamento (Zaluar, 1994, p.145).

Entretanto, várias situações relacionadas à convivência e ao cotidiano têm que ser trabalhadas no nível individual, buscando a compreensão do conflito e a violência praticada naquele momento. Isto tem resultado na flexibilização de algumas regras estabelecidas e no retorno da discussão em grupo. Temos observado que é este ir e vir, decidir e flexibilizar, com intervenções individuais e grupais, com acordos e 'barganhas', que tem possibilitado a lenta construção cotidiana da convivência em outros patamares, diferentes daqueles anteriormente experimentados por nossas crianças e adolescentes.

Todavia, vivenciamos também situações limite, nas quais as regras são desrespeitadas, os acordos são rompidos, a flexibilização chega a pontos insustentáveis e onde nos vemos obrigados a desligar o adolescente da casa ou, ainda, deparamo-nos com sua evasão. São momentos difíceis, mas que refletem perdas e ganhos presentes em todo processo social.

O modelo de *casa* não é algo incorporado na experiência destas crianças e adolescentes, principalmente para aqueles que passaram um grande período nas ruas (algumas vezes períodos superiores a muitos anos). Propor uma rotina dentro da qual se deve acordar e fazer as refeições em um

mesmo horário, respeitar limites, cuidar de suas coisas, dentre outras tantas tarefas e obrigações é, para alguns, uma transição muito difícil em relação à vida na rua. Para estes meninos e meninas a evasão acaba, muitas vezes, sendo a alternativa.

Outro aspecto a ser trabalhado é que o modelo introjetado e vivenciado por eles em suas casas de origem nem sempre é de experiências positivas e todos os sentimentos então 'armazenados' são transferidos para o novo espaço.

Como é possível perceber, os desafios e percalços a serem enfrentados ainda são muitos. As crianças e adolescentes que se afastam da *casa* nos deixam o questionamento acerca da melhor abordagem para a consecução de um elemento tão básico para todo ser humano: a convivência. Acreditamos que é a partir da construção conjunta e facilitada que novos valores poderão ser elaborados e incorporados.

O uso e abuso de substâncias psicoativas – a redução de danos como alternativa de trabalho

A utilização de substâncias que alteram o estado de consciência, atualmente denominadas substâncias psicoativas, é uma prática comum na história humana, conforme ressalta Deslandes (2003). O controle deste uso, a partir da argumentação das conseqüências danosas possíveis, é igualmente uma preocupação antiga.

A proposição da abstinência como forma de tratamento configurou-se por algum tempo como única alternativa para aqueles que decidiam tentar uma mudan-

ça de comportamento com relação ao uso abusivo e/ou dependência. É ainda uma linha de trabalho bastante utilizada, principalmente nos modelos de comunidades terapêuticas, gerando resultados positivos para alguns e também acarretando desistência de outros por inadaptação.

O final da década de 80 assistiu à proliferação da AIDS e foram iniciadas campanhas de prevenção a todos os denominados, naquele momento, grupos de risco. Importa destacar que o conceito de grupo de risco não é mais utilizado, uma vez que todos estamos sujeitos à contaminação pelo HIV. Contudo, os usuários de drogas, dentre outros, eram vistos como 'grupo de risco' devido à utilização de drogas injetáveis e à transmissão pelo compartilhar de seringas. Esta nova realidade levou ao desenvolvimento, dentro da saúde pública, de uma abordagem inovadora que:

em oposição às estratégias de redução de oferta, trabalha com a premissa de que o indivíduo, mesmo fazendo uso de drogas, é capaz de empreender ações de autocuidado e prevenção. Tem como meta a redução de conseqüências adversas do uso, sem exigir a abstinência. Defende que, se não é possível interromper o uso, então que se procurem formas mais seguras de consumo, evitando-se o compartilhamento de seringas e materiais. Longe de constituir uma apologia ao uso, tal abordagem parte de avaliações realistas da ineficácia das abordagens repressivas tanto para prevenção quanto para tratamento (Deslandes, 2003, p.257).

A Redução de Danos enquanto programa em saúde foi sistematizada inicialmente na Holanda, nos anos 80, por iniciativa de uma associação de usuários de dro-

gas preocupada com a disseminação da hepatite e do HIV entre os usuários de drogas injetáveis. No Brasil, o primeiro programa foi iniciado em Santos, em 1989; este programa, entretanto, foi interrompido por decisão judicial. Em 1995, surgiu um novo programa de Redução de Danos, em Salvador-BA, com a realização de troca de seringa entre os usuários de drogas injetáveis. Em 1998, foi sancionada em São Paulo uma lei estadual de legalização da troca de seringas. Atualmente é um dos programas que compõem as ações do Ministério da Saúde (Brasil, 2001).

Esta nova forma de se pensar o problema do uso de drogas e seus danos e conseqüências foi sendo ampliada para os diversos aspectos do uso e abuso de substâncias psicoativas em geral. Dessa forma, iniciaram-se abordagens de tratamento que prevêm a redução dos danos a partir da diminuição do uso ou da substituição da droga utilizada, sem a proposição da abstinência enquanto forma única de tratamento.

(...) evitar, se possível, que as pessoas se envolvam com o uso de substâncias psicoativas; se isto não for possível, evitar o envolvimento precoce com o uso de drogas, retardando-o ao máximo; para aqueles que já se envolveram, ajudá-los a evitar que se tornem dependentes; e, para aqueles que já se tornaram dependentes, oferecer os melhores meios para que possam abandonar a dependência; se, apesar de todos os esforços, eles continuarem a consumir drogas, orientá-los para que o façam da maneira menos prejudicial possível (Universidade Federal de São Paulo, 2003, s/p).

Os meninos e meninas em situação de rua são reconhecidos como extremamente vulneráveis ao consumo de drogas,

conforme é esclarecido acima. As estratégias de abordagem para discussão das conseqüências deste uso são de difícil alcance, uma vez que o valor da vida é muito fugidivo e o imediatismo do 'aqui e agora' prevalecem em seu cotidiano. Sendo assim, a proposição de um trabalho que tenha como base a metodologia da redução de danos vem se caracterizando como uma alternativa para a discussão com os adolescentes sobre o universo das drogas e suas conseqüências e para a redução lenta e gradual de seu uso, esta nem sempre possível.

No cotidiano do abrigo, a droga é pauta diária, e o assunto é muitas vezes trazido pelos próprios meninos e meninas. A construção de um sentimento de preservação da casa, o respeito ao outro e o não uso naquele espaço é uma tentativa para a qual vamos lentamente nos direcionando. Trabalhamos em parceria com um serviço da Secretaria Municipal de Saúde que oferece acompanhamento médico, psicológico, terapêutico ocupacional, bem como oficinas; todas estas atividades permeadas pelo trabalho com a redução de danos e direcionadas prioritariamente para os meninos e meninas em situação de rua. Temos conseguido, assim, dar ao abrigo uma atmosfera de *casa* e configurar um espaço de atendimento externo para abordagem direta dos encaminhamentos individuais, dentre eles, a questão do uso de drogas.

Enfrentamos, como seria de se esperar, episódios de recebimento de meninos após a utilização de drogas, de saídas não autorizadas e retornos, de entrada de substâncias na própria casa, estes são fatos cotidianos. Contudo, sabemos que não é a

exclusão destes meninos do abrigo que implicará o cuidado e o acolhimento necessários para que ele possa tentar mudar seu comportamento de risco. Trabalhamos na busca de outras alternativas prazerosas e na criação de projetos pessoais que possam concorrer com a rua e seus atrativos, como é o caso da droga.

Temos, portanto, encontrado no método de abordagem via redução de danos possibilidades para a aproximação com estes meninos e meninas, bem como a tentativa da minimização dos riscos bio-psicosociais a que estão sujeitos. É, sem dúvida, um caminho repleto de contradições.

Organizações Não-Governamentais – qual proposta de sustentabilidade?

O abrigo aqui apresentado é uma Organização Não Governamental (ONG) que mantém, atualmente, um convênio com a Prefeitura Municipal de Campinas, integrando o Plano Municipal para Infância e Juventude, prioridade declarada do atual governo. Este Plano demarca a necessidade do trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua, operacionalizando ações em rede entre organizações governamentais e não governamentais.

O convênio com a gestão municipal é a principal fonte de financiamento do trabalho. Assim, apesar da configuração enquanto entidade da sociedade civil e, portanto, privada, embora sem fins lucrativos, seus recursos são prioritariamente públicos.

Esta é uma realidade da maioria das entidades filantrópicas no Brasil atualmen-

te. O advento do “terceiro setor” – privado, porém público, na expressão de Fernandes (1994) – tem propiciado a retirada do Estado enquanto provedor de ações e serviços sociais (Montaño, 2002) - principalmente no campo da assistência social, mas não só - colocando-o como parceiro da sociedade civil para o oferecimento de serviços à população.

Esta estratégia, baseada no discurso da responsabilização da sociedade civil, tem propiciado uma redução dos gastos do Estado com relação à implementação de políticas sociais, seguindo as diretrizes das proposições neoliberais para o setor (Lopes, 1999).

Esta ação traz inerentemente um apelo no que concerne à divisão de responsabilidades entre todos e apresenta a noção de que a cidadania está intrinsecamente relacionada ao fato da sociedade civil assumir para si algumas responsabilidades que são de caráter público e estatal.

Cabe fazermos uma reflexão sobre essa ressignificação da ação social e a indagação de se o papel da sociedade civil não estaria mais relacionado à formulação e gestão - conjunta com o Estado - de políticas públicas em geral e, especificamente, de políticas sociais ou, como vimos acompanhando cada vez mais, caberia a esta sociedade a proposição, gestão e busca de financiamento para a implementação dos serviços no campo social. Certamente, a resposta para essa questão relaciona-se à concepção de Estado e políticas sociais que embasam cada uma destas vertentes. Para Telles (1998) “o discurso humanitário da filantropia” apela a um sentido de “solidariedade constitutivo” mas bloqueia a “dimensão política e reduz-se aos termos estritos

da responsabilidade moral” (p. 113).

O que se verifica concretamente nas entidades é um cotidiano estruturado, na grande maioria dos casos, sobre a escassez de recursos para o desenvolvimento do trabalho. Os convênios ‘conseguidos’ com o Estado, em seus vários níveis, não cobrem os gastos, e nem se propõem a tal – na medida da proposição da ‘parceria’ financeira. Dessa forma, torna-se parte intrínseca do trabalho nessas instituições a busca de fontes de financiamento (os meios) para seu desenvolvimento. Os técnicos que têm atuado na área têm sido chamados cada vez mais a resolver/lidar com a busca de recursos para a sobrevivência do trabalho.

Dentro da especificidade de cada trabalho realizado pela multiplicidade de ONG’s existentes, é imprescindível que se faça a discussão acerca da dificuldade de administração da escassez de recursos e do conseqüente comprometimento da quantidade e da qualidade daquilo que os diferentes projetos/serviços têm proposto.

Os investimentos públicos (governamentais ou não) têm sofrido importantes restrições no que concerne aos grupos populacionais inscritos na desfiliação e na vulnerabilidade social. Isto tem dificultado e impedido a manutenção e consolidação autônoma dos projetos sociais, o que é especialmente relevante no que se refere à contratação de técnicos capacitados na área.

A noção de trabalho voluntário precisa ser dimensionada em um sentido que amplie, sim, a participação da sociedade civil nos problemas sociais, mas que não caia no voluntarismo e na falta de preparo do cidadão comum para enfrentar situações

complexas e que demandam conhecimentos especializados (Barros, Lopes e Galheigo, 2002, p.369).

Considerações finais

As reflexões aqui apresentadas têm o intuito de relatar o desafio de uma instituição caracterizada como abrigo tornar-se uma *casa* para meninos e meninas em situação de rua. No processo dessa construção cotidiana, são eles os atores protagonistas das metodologias de intervenção participativas para e com eles próprios.

As questões enfrentadas configuram-se a partir da tentativa da construção da convivência, da minimização de danos advindos do uso abusivo de substâncias psicoativas, e da criação de projetos de vida que possibilitem o vislumbre de novos horizontes. Proposta bastante audaciosa, uma vez que nos encontramos em uma sociedade capitalista estruturada a partir da exclusão social, com uma cultura de competitividade e com espaços cada vez mais escassos para as relações e trocas afetivas.

O abrigo, a despeito de seus estigmas históricos, apresenta-se muitas vezes como o único local, mesmo que temporário, para a permanência dos meninos e meninas.

Na verdade, a instituição [abrigo] muitas vezes se apresenta como a melhor alternativa para um grande número de crianças e adolescentes, o que determina a necessidade de um comprometimento ainda maior de suas ações, pois esse é o único caminho para a superação dos trágicos estereótipos de sua história (Arpini, 2003, p.179).

Esta constatação se dá no âmbito de uma realidade social que produz a desi-

gualdade e a conseqüente *desfiliação* destes meninos e meninas. Esta realidade demanda uma leitura e um entendimento que supere paradigmas reducionistas e superficiais que enfocam nesta problemática somente aspectos restritos ao indivíduo ou a sua família. A nosso ver, é necessário que se trabalhe no desenvolvimento de instrumentos mais adequados para a interpretação da realidade pessoal-social e, também, de guias para a intervenção individual, coletiva e social em um universo complexo em suas interações e interconexões.

Faz-se necessário, finalmente, ressaltar a importância da discussão do papel das ONG's no contexto atual das políticas sociais e a proposição de alternativas, bem como a definição e a assunção de responsabilidades para com a vida de milhares de meninas e meninos brasileiros em situação de rua.

Notas:

¹ Grupo interinstitucional de estudos, formação e ações pela cidadania de crianças, adolescentes e adultos em processos de ruptura das redes sociais de suporte. É composto por docentes, discentes e profissionais da área de Terapia Ocupacional da PUC-Campinas, UFSCar e USP e por terapeutas ocupacionais das cidades de Campinas, Paulínia, São Carlos e São Paulo.

² Dados da Secretaria Municipal de Assistência Social – Serviço Casa Amarela – 2001. Foram contabilizados nestes dados os meninos e meninas que utilizam a rua enquanto espaço de moradia, não tendo sido incluídos aqueles que praticam atividades do mercado informal e retornam para suas famílias.

Referências

- ARPINI, D.M. *Violência e exclusão: adolescência em grupos populares*. Bauru-SP: EDUC, 2003.
- BARROS, D.D.; LOPES, R.E.; GALHEIGO, S.M. Projeto Metuia: terapia ocupacional no campo social. *O Mundo da Saúde*, v. 26, n. 3, p. 365-369, jul./set. 2002.
- BARROS, D.D. et al. Projeto Casarão – Uma parceria que se constrói no dia-a-dia. In: SEMINÁRIO DE METODOLOGIA PARA PROJETOS DE EXTENSÃO, 4., 2001, São Carlos. *Anais Eletrônicos...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. Disponível em: <http://www.itoi.ufrj.br/sempe/index.htm>. Acesso em: 20/08/03.
- BARROSO, E.R.; GARCIA, V.A.; MALFITANO, A.P.S. GT Criando rede de esperança. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2. *Caderno de Resumos*, Campinas-SP: Prefeitura Municipal de Campinas, 2003. p. 44-45.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Nacional de DST e AIDS. *Manual de redução de danos*. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- _____. *Estatuto da criança e do adolescente*. São Paulo: Cortez, 1990.
- CASTEL, R. As transformações da questão social. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M.C. (Org.). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 1997. p.161-190.
- CASTEL, R. Da indigência à exclusão, a desfiliação. Precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, A. (Org.). *Saúde Loucura*, São Paulo: Hucitec, 1994. n. 4, p. 21-48.
- COSTA, A.C.G. *Educação por projetos: um pequeno guia para o educador*. [S.I.]: Takano, 2001.
- _____. *Pedagogia da presença: da solidão ao encontro*. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 1997.
- DESLANDES, S.F. Drogas e vulnerabilidade às violências. In: MINAYO, M.C.S.; RAMOS, E. (Orgs.). *Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 243-268.
- FERNANDES, R.C. *Privado, porém público – o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- GRACIANI, M.S.S. *Pedagogia social de rua*. 4. ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2001.

- LANCETTI, A. (Org.). *Assistência social e cidadania*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- LOPES, R.E. et al. Histórias de vida: a ampliação de redes sociais de suporte de crianças em uma experiência de trabalho comunitário. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 426-434, 2002.
- LOPES, R.E. Estado, políticas públicas e cidadania. In: LOPES, R.E. *Cidadania, políticas públicas e terapia ocupacional*. 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, 1999.
- MARCÍLIO, M.L. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MARCONDI, M.A. (Org.). *Falando de abrigo: cinco anos de experiência do Projeto Casas de Convivência*. São Paulo: FEBEM, 1997.
- MINAYO, M.C.S.; RAMOS, E. (Orgs.). *Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.
- MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- PAICA-RUA (Org.). *Meninos e meninas em situação de rua: políticas integradas para a garantia de direitos*. São Paulo: UNICEF/Cortez, 2002. Série Fazer Valer os Direitos, vol. 2.
- PRIORE, M. del (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.
- SIMSON, O.R.M.; PARK, M.B.; FERNANDES, R.S. (Orgs.). *Educação não-formal: cenários da criação*. Campinas: UNICAMP/Centro de Memória, 2001.
- TELLES, V.S. A “nova questão social” brasileira. *Praga*, São Paulo: Hucitec, 6, p. 107-116, set. 1998.
- UNIVERSIDADE Federal de São Paulo. Departamento de Psiquiatria. Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes. *O que é a “Redução de Danos” e a “Redução de Riscos”*. Publicação Eletrônica. Disponível em http://www.unifesp.br/dpsiq/proad/t_redu.htm. Acesso em 28/08/03.
- ZALUAR, A. *Cidadãos não vão ao paraíso*. São Paulo: Escuta; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- ZIETTI, E.A. Conflitos, relações e filiações nos abrigos. In: LANCETTI, A. (Org.). *Assistência social e cidadania*. São Paulo: Hucitec, 1996. p.59-64.

Recebido em 6 de outubro de 2003.

Aprovado para publicação em 30 de março de 2004.